

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.238.151 - SP
(2018/0013312-1)**

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
AGRAVANTE : VERONICA APARECIDA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : WILSON BRAGA JÚNIOR - SP273034
AGRAVANTE : RAFAEL APARECIDO DE OLIVEIRA FERREIRA
ADVOGADO : WILSON BRAGA JÚNIOR - SP273034
AGRAVANTE : ADINEUZA DOS SANTOS SOUZA
ADVOGADO : JOÃO PAULO ZAGGO - SP240374
AGRAVANTE : CLEBER RODRIGUES CAMILO
ADVOGADO : CESAR AUGUSTO HENRIQUES - SP172470
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ABSOLVIÇÃO. FALTA DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. AGRAVOS IMPROVIDOS.

1. O pleito absolutório esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, pois, para se concluir de modo diverso do Tribunal de origem, seria necessário o revolvimento das provas dos autos.
2. A ausência de prequestionamento relativamente à ilegalidade da interceptação telefônica atrai a incidência das Súmulas 282 e 356 do STF.
3. Agravos regimentais improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento aos agravos regimentais, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator